

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar  
Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH  
Departamento de Sociologia – DS

**DONOS DE SEU PRÓPRIO TEMPO:**  
**percepções sobre autonomia e liberdade nos discursos e práticas dos**  
**trabalhadores retratados em *Estou me Guardando para Quando o Carnaval Chegar***

Kamila Rocha Pereira

**Orientadora:** Profa. Dra. Aline Suelen Pires

**São Carlos, Janeiro de 2024**

*Dedicado aos trabalhadores das facções de Toritama e às memórias de infância.*

## AGRADECIMENTOS

Foram tantas as pessoas que possibilitaram a realização deste trabalho. Agradeço, primeiramente, aqueles que são as bases de tudo. Minha mãe, Sandra Rocha, que foi mãe e pai durante a maior parte de minha vida e que sempre fez de tudo para que eu buscasse e valorizasse a minha independência. A minha decisão de sair de casa, mudar de cidade e encarar a carreira acadêmica não foi questionada nem por um minuto e, para mim, este é o maior sinal de confiança possível. Agradeço também à minha avó Diva que sempre expressou os seus desejos de me ver formada, por todo o carinho, apoio e proteção. E agradeço ao meu tio, Orlando Rocha, por todas as valiosas conversas sobre os meus interesses que são tão parecidos com os seus. Sei que posso contar com vocês em qualquer lugar em que eu estiver.

Agradeço a todos que estiveram presentes durante essa trajetória e que fizeram com que tudo fosse muito mais especial do que eu jamais pude prever: Julia Mendes, Larissa Moreira, Guilherme Pessatti, Bruna Pessatti, Victoria Queiroz, Amanda Finotti, Luíza Bianchi e Gabriel Camarano. Obrigada pelas conexões, conversas e companhias. Eu reconheço um pouco de mim em cada um de vocês e sei que vou levar traços seus comigo por toda a minha vida. Não sou nada além de um punhado de tudo o que já amei, de um mosaico formado pelos meus amigos.

Agradeço ao lugar em que encontrei casa, suporte e acolhimento em São Carlos. Minhas queridas, sou grata a cada uma de vocês pelos momentos em que convivemos e existimos uma ao lado da outra. Zielle Almeida, pelos dias e noites que compartilhamos conversas e silêncios, estudando ou treinando, desde a meditação até o show de rock, a sua companhia sempre me conforta. Carol Ribeiro, por todos os doces e as plantas com os quais já me presenteou, pelas conversas madrugada adentro, por dividir comigo as suas inquietações, angústias e conquistas. Carol Ferreira, pelo cuidado quando estive doente, pelas torcidas conjuntas ao Franca Basquete. Ingrid Durand, por dividir comigo o seu amor ao teatro, à arte e às ciências sociais. Estendo estes agradecimentos à Beatriz Tosini e Emilene Frazão que, cada qual da sua maneira, representam para mim extensões importantíssimas de nossa casa.

Agradeço também ao amigo André Degi pela conexão quase instantânea. Às vezes é difícil tentar dividir onde termina o eu e começa o você. Obrigada por todas as conversas que tivemos, pelas fáceis e, especialmente, pelas difíceis.

Agradeço ao físico e companheiro, Matheus Junqueira, que dividiu comigo as mesas da biblioteca durante todo o processo de escrita. Obrigada por seu apoio incondicional e ouvido atento aos meus interesses. Obrigada pelos filmes, jogos, cafés e cervejas.

Agradeço, especialmente, à minha orientadora, Profa. Dra. Aline Suelen Pires, por abraçar as minhas ideias e inquietações. Sem a sua confiança, este trabalho jamais seria realizado. Obrigada pela organização e paciência que foram fundamentais neste percurso. Obrigada por todas as oportunidades que me providenciou.

Agradeço aos colegas do Trampo – Grupo de pesquisa sobre trabalho e juventude, pelas reuniões, leituras e debates que fundamentaram todo o trabalho das páginas que se seguem. Excepcionalmente, agradeço à grande amiga Lucia Cucchieri, por impedir que a minha trajetória fosse solitária e aos amigos João Perin, Denise Santos, Leilyane Leão, Gustavo Carneiro, Ana Julia Anselmo e Ana Beatriz Toscano.

Agradeço à Universidade Federal de São Carlos, com destaque aos professores do curso de Ciências Sociais, por incentivar o pensamento crítico e valorizar os questionamentos que fagulham trabalhos como este. Também agradeço aos trabalhadores da limpeza, manutenção e administração por garantirem a estrutura necessária para que todos desfrutem dos espaços da universidade.

Por último, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pela bolsa PIBIC que me foi concedida através do Edital 2022/2023, possibilitando a realização da Iniciação Científica cujo desenvolvimento resultou neste trabalho.

## Sumário

<b>Resumo .....</b>	<b>6</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo 1 - A importância das memórias.....</b>	<b>10</b>
1.1. Das minhas próprias memórias.....	10
1.2. Considerações sobre a flexibilização do trabalho.....	12
1.3. Memórias de outra Toritama .....	14
<b>Capítulo 2 – O espaço, o trabalho nas facções e as dinâmicas locais .....</b>	<b>20</b>
2.1. Delimitando o espaço físico e simbólico .....	20
2.2. Dos fluxos migratórios em constante confecção .....	24
2.3. Configurações do trabalho a partir das relações de gênero .....	28
<b>Capítulo 3 – Tempo, autonomia e liberdade no neoliberalismo.....</b>	<b>31</b>
3.1. Para novos modelos produtivos, novas percepções de tempo. ....	31
3.2. Valorização do trabalho autônomo nas facções de Toritama .....	36
3.3 Quando chega o carnaval.....	40
<b>Considerações finais .....</b>	<b>41</b>
<b>Referências bibliográficas:.....</b>	<b>44</b>

## **Resumo**

O documentário *Estou me Guardando para Quando o Carnaval Chegar* (2019) retrata a produção local de jeans na cidade de Toritama-PE, que vem se destacando no setor brasileiro de confecções e foi apelidada "Capital do Jeans". Os trabalhadores de Toritama representam um exemplo claro da dinâmica de trabalho contemporâneo: alto índice de informalidade, trabalho a domicílio e terceirização. Com a intensificação do trabalho autônomo e da produção flexível, esta pesquisa discute quais as percepções sobre autonomia e liberdade fazem parte dos discursos e práticas dos trabalhadores retratados pelo documentário. A proposta é analisar os sentidos e significados que eles e elas associam a esses termos, desde suas experiências. A partir dos temas da precariedade, da subcontratação, do empreendedorismo e da desterritorialização de produção, analisamos um contexto que, embora guarde especificidades relacionadas à localidade, reflete dinâmicas em curso no trabalho do Brasil no contexto atual. Metodologicamente, nos baseamos em uma análise crítica global do filme, do conteúdo das entrevistas e conversas retratadas e da narrativa proporcionada pelo diretor.

**Palavras-chave:** Polo de confecções do Agreste Pernambucano; Autonomia; Informalidade; Toritama-PE; Cinema.

## Introdução

Toritama é reconhecida nacionalmente como “Capital do Jeans”. Está situada a 164 km de Recife, a capital pernambucana, e entre as cidades de Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru. Juntamente com as vizinhas, o município de aproximadamente 41 mil habitantes<sup>1</sup> compõe o Polo de Confeccões do Agreste Pernambucano e chama atenção por sintetizar tão claramente algumas das principais dinâmicas do trabalho e da produção no Brasil contemporâneo. Praticamente uma “cidade-fábrica”, Toritama é preenchida pelas facções<sup>2</sup> improvisadas nas garagens, fundos das casas, salas e quintais onde os trabalhadores passam grande parte de seus dias. Marcada pela precariedade em termos de infraestrutura, pela informalidade das relações de trabalho e pelo fervoroso discurso empreendedor que produz “empresários de si mesmos” e “donos de seu próprio tempo”, a região enseja numerosas pesquisas<sup>3</sup> e é cenário do documentário *Estou me Guardando para Quando o Carnaval Chegar* (2019) que, dirigido e roteirizado por Marcelo Gomes, nos insere no acelerado ritmo produtivo da cidade.

“Qual é a melhor profissão do mundo? É nunca trabalhar para ninguém. Trabalhe só.” (Estou..., 2019, 17 min.). As entrevistas com os trabalhadores da cidade presentes no documentário exploram a importância dada ao sentimento de autonomia e liberdade cultivados no trabalho flexível das facções. Mesmo que tais termos não se estabeleçam enquanto categorias fixas e consensos entre os pesquisadores da Sociologia do Trabalho e carreguem consigo uma extensa e complexa discussão, a sua percepção construída e já estabelecida dentre os moradores de Toritama parece consensual: “o melhor é trabalhar para você mesmo.” (ibidem, 20min). Por isso, se faz necessário analisar quais as percepções sobre autonomia e liberdade no trabalho estão presentes nos discursos e práticas dos trabalhadores retratados pelo documentário.

Partindo do pressuposto que o pensamento social brasileiro pode ser captado por diversas formas de representação, a fundamentação deste trabalho está alocada, primeiramente, na Sociologia do Trabalho, mas também no cinema documental. O cinema, enquanto produção cultural, reflete em si qualquer mudança da realidade que seu idealizador – no caso, o cineasta Marcelo Gomes – pretenda captar com as lentes de sua

---

<sup>1</sup> Segundo o IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/toritama/panorama>.

<sup>2</sup> Caracterizadas a fundo durante o trabalho, são pequenas oficinas de costura que, no caso de Toritama, acomodam alguma parte do processo de confecção do jeans.

<sup>3</sup> ANDRADE, 2008; LIMA, 2020; LIMA, SOARES, 2002; LIRA, 2006; MORAES, 2013; RANGEL, CORTELETTI, 2023; SÁ, 2018; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013 e outras.

câmera. Do lado positivo, o cinema é capaz de pormenorizar categorias e conceitos das Ciências Sociais através de “situações humanas típicas” (Alves, 2011, p.15), e constitui, para Giovanni Alves, “a mais completa arte do século XX, capaz de ser a síntese total das mais diversas manifestações estéticas do homem”. (*ibidem*, p.15). O autor também encoraja que, a partir da *hermenêutica crítica da narrativa fílmica*, haja um enlace entre a Sociologia e o cinema, no qual é possível ir além da tela e compreender a obra como um reflexo estético da vida social em todas as suas determinações (Alves; Macedo, 2010).

No entanto, trabalhar com o cinema enquanto fonte de pesquisa principal também apresenta certas limitações, as quais despendi um esforço particular em contorná-las. *Estou me Guardando para Quando o Carnaval Chegar* possui suas singularidades e especificações por se tratar de uma produção documental, e, mais ainda, por se tratar de uma narrativa repleta de traços autobiográficos. Ciente de seu lugar dentre obras cinematográficas que retratam o complexo mundo do trabalho, Marcelo Gomes combina um conjunto articulado de elementos audiovisuais para tornar visível o debate acerca do trabalho flexível, destacando sobretudo, a expropriação do tempo.

Metodologicamente, todos estes elementos dependem diretamente da perspectiva de Marcelo Gomes: a composição fotográfica acerca das práticas cotidianas da cidade é ditada por suas sensibilidades, sua voz enquanto diretor-narrador compõe o cenário a partir de suas próprias memórias, a escolha do público entrevistado talvez não represente a totalidade dos trabalhadores da cidade mas responde às suas inquietações particulares, e até mesmo o formato narrativo em primeira pessoa evidencia o vínculo afetivo com a cidade de Toritama. Todos os componentes do documentário são conectados às percepções do cineasta, ou seja, a dificuldade deste trabalho de análise está em articular as perspectivas dos trabalhadores através de *uma perspectiva* que possui as próprias especificidades.

Neste sentido, para que seja possível ultrapassar uma análise superficial, o documentário foi decomposto em seus elementos – fotografia, entrevistas, narrações – e, na sequência, “reconstruído” articuladamente à bibliografia. Pelo modelo de análise fílmica de Vanoye e Goliot-Lété (1994, p. 15), é necessário estabelecer elos entre os elementos coletados, interpretando “como eles se associam e se tornam cúmplices para fazer surgir um todo significativo”.

Assim, através da articulação entre o documentário e a bibliografia, buscamos contribuir para uma discussão já existente quanto às características esperadas do trabalhador no contexto de trabalho rodeado pelo discurso neoliberal e de que formas



estas características são internalizadas e mobilizadas. Levantamos a importância do caráter disciplinar da racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016) que produz novos estilos de vida e novas *subjetividades*, e que, sendo assim, é também fonte de *controle*, permitindo “objetivar a adesão do indivíduo à norma de conduta que se espera dele” (*ibidem*, p.331), mas, principalmente, consideramos as especificidades do trabalho a partir da trajetória produtiva do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano desde suas bases autônomas e do “imperativo de independência” (Rangel; Corteletti, 2022, p. 11) do povo agrestino atravessado pelas adversidades locais.

O objetivo da pesquisa foi o de compreender os desdobramentos presentes nas práticas e nos discursos dos trabalhadores de Toritama acerca de sua própria autonomia e liberdade no trabalho produtivo, realidade cada vez mais ajustada ao ideal neoliberal. Para alcançá-lo resgatamos algumas transformações importantes: das reinvenções estruturais e organizacionais da economia capitalista; das mudanças nos modelos produtivos, sempre em direção à flexibilização das relações de trabalho; do desenvolvimento, expansão e modernização do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano e das transformações objetivas e subjetivas nas diferentes assimilações e uso do tempo.

O trabalho está estruturado em três capítulos: no primeiro, resgatamos a trajetória de Toritama, que hoje recebe a alcunha de “capital do jeans”, mas que partiu de uma localidade rural que ainda ocupa as memórias do cineasta Marcelo Gomes. O propósito é o de retomar o percurso traçado pela região do Agreste Pernambucano de lá até aqui. No segundo, caracterizamos a dinâmica da produção local, tratando do trabalho familiar nas fábricas, da informalidade das relações de trabalho, da mobilização dos fluxos migratórios e das relações de gênero entre o trabalho precarizado e a reprodução social. Por fim, no terceiro capítulo, partimos de uma “linha do tempo” que recupera a experiência temporal em diferentes contextos para compreender de que modo a valorização da autonomia e liberdade dentre os trabalhadores de Toritama está atrelada a uma ressignificação dos ideais e subjetividades.

## Capítulo 1 - A importância das memórias

As memórias são ferramentas poderosas, quase que revolucionárias. Desafiam a temporalidade (ou, pelo menos a linearidade do tempo) em seu propósito de explicar o presente através do passado ou de recontar o passado por meio dos quadros sociais do presente (Halbwachs, 1990). De qualquer modo, são nestes movimentos em que ambos os tempos são ressignificados vez que as memórias não servem puramente à função de auxiliar no conhecimento do passado, mas também carregam consigo afetos, ações, experiências e até implicações políticas.

Não se trata, neste capítulo, de conceituar o que é memória em suas diferentes linguagens e muito menos de fornecer a ela qualquer estatuto epistemológico: a única pretensão é a de utilizar as memórias enquanto base instrumental para tratar de certas transformações em, pelo menos, dois níveis distintos. Num primeiro, a transformação concreta de Toritama, que é captada principalmente pelo contraste entre as memórias de infância que o diretor Marcelo Gomes insere na narração do documentário e a atual paisagem da cidade. E, segundo, das próprias narrativas que, quando afetadas pelo narrador, podem ser completamente modificadas.

Walter Benjamin (1985) afirma que o narrador, nas histórias que conta, recorre às suas próprias experiências de vida tanto quanto recorre às experiências relatadas por outros e, deste modo, é capaz de transformá-las em produto completamente único. Nesse sentido, assim como Marcelo Gomes molda a narrativa do documentário a partir de suas memórias, faço o mesmo com este trabalho a partir das minhas e, no intuito de me localizar nessa *rede* de narrativas, reconstituo algumas experiências que me servem de base para a compreensão do setor de confecções.

### 1.1. Das minhas próprias memórias

Retomo a minha própria infância em uma cidade do interior de São Paulo reconhecida nacionalmente como capital do calçado masculino. O município de Franca, localizado a 400 km da capital paulista, atrai trabalhadores de toda a região ao aglomerado de indústrias e serviços que o setor mobiliza. De acordo com um relatório publicado pelo Sindicato da Indústria de Calçados de Franca (Sindifranca)<sup>4</sup>, a cidade contava, em janeiro

---

<sup>4</sup> O relatório estatístico na íntegra está disponível em: <https://sindifranca.org.br>. Acesso em: 27 out. 2023.

de 2023, com 14.875 funcionários diretos na indústria calçadista e possui uma produção estimada em 33,7 milhões de pares de calçados para o ano.

Uma das características da indústria de calçados masculinos de couro em Franca é o emprego intensivo de trabalho vivo. [...] Essa indústria absorve uma quantidade significativa de força de trabalho barata e, em boa medida, especializada, ou seja, detentora de conhecimentos, habilidades e destrezas manuais ainda imprescindíveis à produção do produto (Navarro, 2003, p.34-35).

A tradição couro-calçadista de Franca, além de antiga, é muito bem vista pelos moradores da cidade e, como me recordo, a indústria de calçados é o caminho óbvio, quase obrigatório, para quem precisa trabalhar de imediato – o que experienciei eu mesma ao terminar o Ensino Médio e logo ser redirecionada para um curso de confecções que me garantiria trabalho como Jovem Aprendiz em uma das fábricas.

Nas ruas da cidade, várias das casas são ocupadas pelas chamadas “bancas de pesponto” onde trabalhadores são vistos costurando sapatos em máquinas ou manualmente. O trabalho subcontratado é bastante diversificado: inclui desde as pequenas bancas, onde trabalham alguns membros familiares, até grandes instalações que comportam de 20 a 50 funcionários. Desdobrando-se em turnos de até 18 horas, o som das máquinas de costura começa a ser ouvido por volta das 7h da manhã, e só termina, no mínimo, depois das 18h.

O trabalho na produção de calçados, seja nas bancas ou em alguma das muitas fábricas, além de desvalorizado, não oferece qualquer oportunidade de “carreira”: quem começa a trabalhar desempenhando alguma função da produção<sup>5</sup>, permanece nela até a aposentadoria. Entre os francanos, é comum que se conheça pelo menos alguém que passou a vida inteira trabalhando na indústria calçadista – o caso da maioria de meus parentes – e, mais comum ainda, é conhecer alguém que teve seu cotidiano impactado pela dinâmica produtiva de alguma forma.

Fato é que, apesar da distância geográfica existente entre o polo produtivo do Sudeste do país e do Agreste Pernambucano e das especificidades de cada região, existem significativas similaridades entre as formas de trabalho ali desempenhadas. A reflexão sobre as formas informais e precarizadas de assalariamento auxiliam na compreensão

---

<sup>5</sup> A produção de calçados envolve cinco etapas: modelagem, corte, costura (o pesponto), montagem e acabamento.

dessas dinâmicas, já que, de qualquer modo, a flexibilização do trabalho é uma experiência compartilhada por toda a classe trabalhadora.

## **1.2. Considerações sobre a flexibilização do trabalho**

As transformações recentes no mundo do trabalho apontam na direção de uma flexibilização geral da produção e do trabalho. A década de 1990, representou, para o Brasil, um ponto de virada com o advento do pensamento neoliberal e com o estabelecimento das mudanças econômicas oriundas da reestruturação produtiva, situação que ganha novos contornos com a aprovação mais recente da reforma trabalhista de 2017. Não nos cabe, neste trabalho, esgotar a discussão quanto ao conjunto dessas transformações, que já foram consideradas e reconsideradas à exaustão em diversos trabalhos, mas sim compreender como se manifestaram no setor de confecções em particular, ou seja, captar como esse processo nos auxilia na apreensão do momento atual em que se encontra a cidade de Toritama.

As consequências da “acumulação flexível” (Harvey, 1993), que se desenham desde os anos 1970, extrapolam os efeitos econômicos e políticos esperados de uma nova forma de organização do trabalho, para mais, o capitalismo contemporâneo altera efetivamente a sociabilidade e a ordem do ambiente de trabalho, constrói novas subjetividades e estilos de vida através da racionalidade neoliberal (Lima; Pires, 2017).

Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p.17) abordam o neoliberalismo como sendo “o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência.”. Assim, a novidade do neoliberalismo, ou o que o distancia do liberalismo econômico clássico, está principalmente localizado no papel do sujeito empreendedor que, guiado pelo tal princípio universal da concorrência, se transforma em empresa, é empreendedor de si próprio e deve seguir livre de quaisquer restrições (e, portanto, livre das limitações de um trabalho formal).

Por conseguinte, a criação de uma nova forma de subjetivação do trabalhador depende de técnicas específicas que pretendem dirigir sua conduta. Tratamos aqui, de modo especial, da questão do controle. Pode-se dizer que Dardot e Laval (2016) traçam seus argumentos a partir da perspectiva bravermaniana do controle, mas não só isso, o aprofundam ainda mais. Os autores extrapolam o já distanciado controle coercitivo da gerência científica, apontam que não é mais necessária a imposição firme sobre um

trabalho meramente passivo e alienado; a racionalidade neoliberal procura governar o próprio desejo dos sujeitos e, deste modo, fazer com que queiram atuar do modo que se espera deles. Em outras palavras, “a grande inovação da tecnologia neoliberal é vincular diretamente a maneira como um homem "é governado" à maneira como ele próprio "se governa"” (Dardot; Laval, 2016, p. 333).

No campo político, o neoliberalismo se traduz no questionamento do papel do Estado na reprodução social. Especificamente no Brasil, a agenda de flexibilização das relações de trabalho está em pauta desde os anos 1990, com os governos Collor e FHC, sempre resguardada pelo discurso da competitividade e tratada como necessidade intrínseca ao novo modelo de capital:

Os argumentos políticos eram basicamente os mesmos: a necessidade de flexibilizar as relações de trabalho para enfrentar o problema do desemprego e da informalidade, pois se fazia necessário ajustar a regulamentação do trabalho às transformações tecnológicas e de competição contemporâneas (Krein, 2018, p. 81).

As medidas implementadas até os anos 2010 não modificavam formalmente de modo profundo o arcabouço legal e institucional do trabalho, mas, aos poucos, pretendiam a desconstrução da regulamentação e a diminuição do poder do Estado. Avançando com o processo de flexibilização e redução da proteção social, as várias mudanças pontuais se centravam em: reduzir o poder sindical, ampliar contratos atípicos, despadronejar a jornada de trabalho e estabelecer uma remuneração variável (Krein, 2018, p. 82-83). A partir de 2015, porém, com o acirramento de crises econômicas e políticas (intensificadas pelo processo de *impeachment*), a pauta da flexibilização recebe todo o apoio empresarial necessário para se estabelecer formalmente, culminando na reforma trabalhista de 2017.

O conteúdo da reforma não apresenta nenhum ineditismo, vez que intencionava legalizar práticas já existentes e recorrentes no mercado de trabalho. Com a pretensão de ampliar as opções dos empregadores de acordo com suas necessidades, foram diretamente afetados fatores ligados ao modelo de contratação, dispensa, jornada, remuneração e condições de trabalho. A nova legislação trabalhista, isto posto, molda o padrão de regulação social do trabalho brasileiro para aproximar-se de uma regulação privada e flexibilizada, em outros termos, para adaptar-se à lógica neoliberal.

Além disso, estas transformações foram acompanhadas por uma revolução tecnológica (marcada pela informatização das telecomunicações e mudanças

organizacionais) que favoreceu a compressão do espaço-tempo (Harvey, 1993), possibilitando, como resultado, a aproximação de regiões díspares e distantes. O fenômeno da globalização, quando combinado ao da flexibilização do trabalho, representa, em último grau, o deslocamento da produção para onde quer que os custos de produção, em especial com a mão de obra, sejam mais baratos, a fim de garantir uma maior lucratividade e capacidade de expansão para as empresas, quer dizer: “a globalização é um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países” (Singer, 1998, p. 21).

Assim, com o aparato de novas tecnologias de transporte e de comunicação, produtos são fabricados de forma fragmentada para além das fronteiras territoriais. O desenvolvimento de novos negócios, especialmente dos pequenos que surgiram a partir da prática de subcontratação pelas grandes empresas, acabaram por favorecer também a recuperação de modelos antigos de trabalho, como o trabalho doméstico e familiar. Ricardo Antunes (2001, p. 211) ressalta: “[...] o que realmente passa a ser verificado é uma complexificação da classe que vive do trabalho, dada pela subproletarização, presente nas formas de trabalho precário, parcial etc”.

A nova divisão transnacional do trabalho, dada pela redistribuição das empresas, implica em uma desterritorialização das forças produtivas ou em uma reterritorialização em outros espaços (Ianni, 2007). Os ramos têxtil e calçadista, no Brasil, são grandes exemplos desse processo de deslocamento, e a região do Nordeste, que conseguiu absorver uma grande quantidade dessas empresas, se tornou palco de uma enorme reconfiguração do trabalho nas últimas décadas. A história de Toritama está totalmente marcada por tais dinâmicas.

### **1.3. Memórias de outra Toritama**

Mas voltemos ao campo das memórias. Todas as transformações consideradas até aqui aparecem, de um jeito ou de outro, na oposição entre o *antes* das lembranças de Marcelo Gomes e o *agora* exibido pelas imagens de seu documentário. Toritama, juntamente com as outras pequenas cidades que compõem o Agreste Pernambucano, é lembrada da seguinte forma:

O meu pai era funcionário do governo e fazia inspeção fiscal nessa região, eu era criança e acompanhava ele nessas viagens. Era um mundo rural, de feiras-

livres, plantadores de milho e feijão e criadores de bode, quase nenhum barulho de carro e poucas pessoas na rua. Esse é o Agreste que eu guardo em minhas memórias de infância. (Estou..., 2019, 2 min.)

Antes do frenético ritmo produtivo tomar conta do Agreste, a economia de toda a região era praticamente resumida a pequenas atividades agrícolas e a uma limitada pecuária: “O capital mercantil nordestino no Semi-Árido sempre manteve a associação entre a plantação de algodão, a criação de gado e a cultura de subsistência” (Xavier, 2006, p. 77). Porém, vale notar que até mesmo as pequenas produções de algodão sofriam com a instabilidade do clima semiárido<sup>6</sup> e a atividade pecuária era restrita ao consumo próprio das famílias locais, ou seja, as atividades produtivas, pouquíssimo diversificadas, sequer garantiam a sobrevivência no meio rural. Com a inerente crise agrícola, a produção e o comércio de confecções nas feiras se tornaram alternativas de trabalho para conseguir alguma fonte de renda. Nesse movimento, muitos deixaram o campo para se instalarem na cidade.

Se as origens do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano pudessem ser especialmente localizadas, esse crédito recairia sobre Santa Cruz do Capibaribe, município vizinho de Toritama, que inaugurou a *Feira da Sulanca* no final da década de 1940. As confecções, ainda muito artesanais, dependiam de comerciantes<sup>7</sup> do município que viajavam para Recife, trocando seus produtos por retalhos de tecido com os quais as costureiras da cidade produziam peças de roupas simples e mantas de retalhos. Com o aumento da demanda, a busca da matéria prima se expandiu até São Paulo e foi finalmente constituída a *Feira da Sulanca*: junção de *Sul* (a origem) e *helanca* (o tecido). “A sulanca ficou conhecida, então, como feira que possui produtos simples, de qualidade inferior e preços acessíveis a camadas da população de baixa renda” (LIRA, 2006, p.102).

Nesse primeiro momento, foi o conhecimento das mulheres de Santa Cruz do Capibaribe, passado de geração em geração, que propiciou o desenvolvimento das confecções enquanto atividade produtiva:

Existia na localidade uma experiência acumulada e adquirida pela capacitação para a confecção de roupas. Isto ocorreu por meio do habitus transmitido, ao longo do tempo, pela educação do trabalho doméstico da mulher praticado na comunidade, que logo se tornava a única opção de trabalho (Xavier, 2006, p. 89).

---

<sup>6</sup> A região abrange brejos favoráveis à agricultura mas também faixas secas inapropriadas ao plantio. Toritama é localizada em uma dessas faixas secas.

<sup>7</sup> Os mascates, eram frequentemente pais de família sem estudo ou qualificação alguma que procuravam por alguma atividade remunerada esporádica. (Sá, 2018).

Em pouco tempo, outros municípios do entorno foram envolvidos no processo produtivo. Toritama, localizada entre Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru<sup>8</sup>, às margens do Rio Capibaribe e da rodovia BR-104, além de ser o menor município em extensão do estado, apresentava “uma irrisória população espalhada em pequenas propriedades voltadas para a produção de culturas de subsistência” (Vasconcelos, 2012, p. 59). Antes da produção de confecções chegar à cidade, Marcelo Gomes se recorda do silêncio: “Desse silêncio eu me lembro muito bem, ele durava o dia inteiro.” (Estou..., 2019, 12 min.).

Sob a influência da vizinha Caruaru, a partir dos anos 1930, Toritama se especializou na atividade couro-calçadista como alternativa à pequena produção agrícola. Com o passar dos anos, a cidade sofreu com a elevação dos custos de matéria-prima e com a concorrência sudestina, até que, nos anos 1980, os produtores adaptaram seus equipamentos e máquinas para a produção de jeans<sup>9</sup>, seguindo desta vez a experiência de Santa Cruz do Capibaribe e constituindo sua nova trajetória econômica.

Progressivamente, com a instalação das empresas de lavagem<sup>10</sup>, houve um aumento significativo na quantidade e qualidade no jeans produzido pela cidade, dado que antes as peças precisavam viajar até Recife, a 172 quilômetros de estradas precárias, para serem lavadas. A junção do caminho desagradável e da possibilidade de apreensão dos produtos que viajavam sem nota fiscal, motivou a chegada das primeiras lavanderias à cidade. Porém, a multiplicação das lavagens significou também um problema ambiental gigantesco, visto que dela decorria o despejo de resíduos químicos nas águas dos rios. O incremento das lavagens foi um ponto de virada crucial na modernização da produção de Toritama:

[...] o trabalho feito pelas costureiras no final dos anos oitenta e início dos anos noventa, com suas máquinas domésticas em seus sítios, não resistiram às lavagens. Assim, muita gente que ainda trabalhava na zona rural precisou migrar para a cidade e veio trabalhar nas fabriquetas que se equipavam com maquinário mais adequado (Sá, 2018, p.112).

Ao mesmo tempo, a *produção doméstica* de jeans se alastrava pelas casas da cidade e, durante os anos 1990, Toritama rapidamente alcançou a colocação de maior

---

<sup>8</sup> Toritama localiza-se a 20 quilômetros de Santa Cruz do Capibaribe e a 37 de Caruaru.

<sup>9</sup> Vale notar que a produção de calçados compartilha muitas semelhanças com a produção de jeans, desde as técnicas utilizadas até o maquinário necessário.

<sup>10</sup> O processo de lavagem modifica a cor do jeans, produzindo diversas variações de tonalidades nas peças.



confeccionista de *jeans* da região, produzindo uma parcela expressiva do *jeans* nacional e ocupando lugar de destaque neste setor específico. Voltamos a recorrer às memórias de Marcelo Gomes:

Na minha memória, Toritama era uma cidade que tinha outra velocidade. Às oito da manhã, quase não se via movimento na rua. A paisagem mudou, nos grandes terrenos vazios se construíram fábricas de produção de jeans e a maioria das casas se transformou em pequenas casas de fundo de quintal chamadas de *faccão* (Estou..., 2019, 7 min.).

A inserção completa no circuito da comercialização das confecções se deu com a inauguração de sua própria feira: a Feira da Sulanca de Toritama. As feiras livres, presentes em todo o país, mas especialmente tradicionais no Nordeste, são de extrema importância no crescimento e consolidação das pequenas indústrias, pois, além de contribuírem para a comercialização dos produtos, são também lócus de uma integração fundamental entre produtores, comerciantes e clientela de toda a região.

A massificação da produção nordestina de confecções resultou em um significativo crescimento econômico, urbanização das principais cidades e modernização tecnológica. Instalaram-se na região os primeiros atacadistas e fornecedores, não só melhorando a produtividade como também a qualidade dos produtos oferecidos. Outros setores de serviços foram incorporados, como marketing, design, moda, consultorias em gestão, qualificação profissional e financiamento (Andrade, 2008).

À vista da modernização crescente dos produtos, o nome “sulanca” que sempre esteve associado a produtos de baixa qualidade, logo se tornou inconveniente para o alcance de novos nichos e investimentos. Então, a partir de 2002, a “Feira da Sulanca” se tornou alvo de uma reelaboração discursiva (Véras de Oliveira, 2011, p. 6). Com a liderança do Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco (SINDIVEST) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o projeto contava com a reformulação midiática e empresarial das atividades desenvolvidas, desencadeando, em primeiro lugar, em um novo nome: o *Polo de Confecções do Agreste Pernambucano*.

Não obstante, também foram construídos gigantescos centros comerciais em Toritama, Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe. O *Parque das Feiras*, quando inaugurado em Toritama no ano de 2001, contava com 875 boxes de 3m<sup>2</sup> distribuídos em uma área de 11 hectares. Anos depois, o empreendimento foi expandido com 110 lojas e, em seguida, mais 1500 barracas padronizadas foram disponibilizadas. Além dos boxes, lojas

e barracas, o Parque conta com área de alimentação, banheiros, caixas eletrônicas e um estacionamento capaz de comportar 2000 veículos. Nos espaços do entorno, a expansão continua tomando espaço, por onde encontramos outras lojas de fábricas e barracas de madeira e lona. Ainda, foram lançados na região, em 2004, o *Polo Comercial de Caruaru* e, em 2006, o *Moda Center* em Santa Cruz do Capibaribe (*ibidem*).

O processo de industrialização e modernização do Agreste Pernambucano, por sua vez, merece um olhar mais atento. Um diagnóstico rápido poderia nos levar em direção às políticas desenvolvimentistas implementadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), afinal, seu principal objetivo era o de promover o desenvolvimento nordestino, integrando a região à economia nacional através do fortalecimento, industrialização e modernização de alguns setores, dentre eles, é claro, o da indústria têxtil e de confecções. Produto das concepções teóricas do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), a SUDENE tinha uma proposta clara de atuação:

Baseando-se no diagnóstico, diretrizes e recomendações do GTDN, as propostas iniciais da SUDENE privilegiavam um programa de reestruturação e modernização das indústrias têxteis nordestinas, financiando a substituição dos seus equipamentos obsoletos e a renovação das suas práticas de organização e administração; a criação de condições especialmente favoráveis para a importação de equipamentos, isenção de taxas de impostos, recomendação ou aval para a obtenção de empréstimos e também um assessoramento técnico para aquelas empresas que fossem consideradas como prioritárias e relevantes para o desenvolvimento regional; a elaboração de anteprojetos industriais e de esquemas que atraíssem empresários e empréstimos governamentais e também algumas medidas de apoio indireto, necessários à industrialização (Carvalho, 1987, p. 69).

Entretanto, embora de fato tenha ocorrido alguma integração econômica, as ações da SUDENE serviam aos interesses dos grandes centros urbanos. Assim, a zona semiárida e as áreas vinculadas à agricultura de subsistência continuaram em situação de vulnerabilidade e a disparidade socioeconômica se manteve. Na prática, o Nordeste passou a desempenhar o papel de fornecedor de mão-de-obra barata para o Centro-Sul do país.

Não obstante, em meados de 1990, com o movimento denominado por “guerra fiscal”, as cidades da região entraram em disputa pela atração de investimentos e empresas do Sul e Sudeste se deslocam para o Nordeste. Britto e Cassiolatto (2000, p. 211) identificam os estímulos para a realocação das indústrias:

Nos estados do Nordeste, destaca-se a atração de empresas de setores tradicionais para polos industriais da região, em decorrência dos incentivos fiscais concedidos e da dotação favorável de recursos locais, em especial o baixo custo da mão-de-obra.

No entanto, mesmo as grandes estratégias estatais, políticas públicas e mecanismos desenvolvidos para a atração de investimento não podem ser considerados como os únicos responsáveis no desenvolvimento do Polo. Vêras de Oliveira (2011, p. 12) evidencia que “o Polo não foi senão resultado da ação “espontânea”, “autônoma”, de homens e mulheres habitantes da região, movidos pela necessidade de buscar alternativas às adversas condições de trabalho e de vida a que sempre estiveram submetidos”. Com o protagonismo situado no povo agrestino, o desenvolvimento da região pode ser relacionado a um conjunto de fatores, principalmente relacionados à sua origem e cultura local. Afinal, desde o início, a produção do Agreste sempre foi marcada por estas duas características: “espontaneidade” e “autonomia”. O Polo cresce com o envolvimento de instituições públicas e privadas, nos mais sofisticados processos de interações internas e externas (Vêras de Oliveira, 2011).

## Capítulo 2 – O espaço, o trabalho nas facções e as dinâmicas locais

A estruturação deste capítulo se baseia no pressuposto de que delimitar o espaço, tanto em suas características físicas e materiais quanto simbólicas e subjetivas, nos auxilia no processo de compreender a cultura. A intenção não é a de entrar na discussão sobre definições espaciais, tal qual sua origem na geografia, mas a de tratar do espaço enquanto uma junção entre suas características físicas e as construções sociais ali estabelecidas, incorporando elementos da história, política e cultura locais. Milton Santos (2008) aborda o espaço como um conjunto indissociável de objetos e ações, como sendo a somatória dos sistemas naturais e dos acréscimos impostos pelo ser humano, a combinação de técnica e de política. Nesse sentido, pretendemos captar alguns dos diversos atributos de configuração e reconfiguração do espaço que permeia o município de Toritama: características geográficas, organização urbana, configurações de trabalho, fluxos migratórios, relações socioculturais, dentre outros.

### 2.1. Delimitando o espaço físico e simbólico

Tracemos o cenário. Uma estrada de terra batida se estende até alcançar a entrada da pequena Toritama. A cidade é permeada pela paisagem árida típica da faixa seca do Agreste Pernambucano na qual está situada, mais especificamente, na zona do Cariri paraibano:

Os declínios de totais pluviométricos interrompem-se bem antes da fronteira setentrional da sub-região, o que ocorre sobretudo porque aparece ali uma faixa que, em vez de deprimida, constitui divisor entre a bacia do Capibaribe e a do Paraíba do Norte. Todavia, ao longo dessa faixa, em contraste com as manchas de brejo de Poção e de Taquaritinga, situa-se uma área ampla de semi-aridez acentuada, representando uma projeção da zona do Cariri paraibano no Agreste de Pernambuco. [...] Fazem parte desse Cariri pernambucano os municípios de Jataúba e Santa Cruz do Capibaribe bem como amplas porções dos municípios de Brejo da Madre de Deus, Taquaritinga do Norte e Toritama (Melo, 1980, p. 182 *apud* Lira, 2006, p. 101).

A vegetação predominante é a da Caatinga. São plantas de pequeno e médio porte que resistem às altas temperaturas e curtíssimos períodos de estiagem com poucas folhas e muitos espinhos. Os galhos tortuosos e os cactos se distribuem espaçadamente pelo solo, igualmente seco e coberto por pedras<sup>11</sup>. Em meio aos tons quentes e terrosos do quadro,

---

<sup>11</sup> A palavra Toritama, inclusive, significa algo como “Região das Pedras”.

se destaca o implacável azul do jeans: são imensos os outdoors que anunciam as confecções na chegada a Toritama.

Uma vez dentro da cidade, podemos observar ruas irregulares contornadas por um amontoado desordenado de lojas, lavanderias e casas que foram transformadas em facções. É evidente que a cidade não para de crescer e que, além disso, cresce sem planejamento algum. Os novos espaços são acrescentados com a única finalidade de aumentar a produção local de jeans, independente da infraestrutura urbana disponível e, muitas vezes, empregando os próprios funcionários das facções na construção. Em uma cena do documentário, por exemplo, Leo trabalha na construção da casa de Josivaldo em troca de emprego garantido na nova unidade produtiva, maior autonomia e liberdade de horários, atividade que desenvolve em paralelo ao seu trabalho na produção em uma das facções locais.

Na porta de cada loja ou casa-facção, ocupando a maior parte das calçadas, montanhas de jeans estão formadas esperando pela próxima etapa da produção. Para além das ruas, o trabalho produtivo ocupa a vida dos moradores quase que por completo, já que nenhum restaurante, parque, cinema, clube ou qualquer ambiente de lazer e sociabilidade é avistado em cena alguma do documentário. Pelo contrário, em entrevista, uma das trabalhadoras relata que, para se divertir, é preciso sair da cidade: “ Para almoçar fora você tem que sair daqui, para ir para uma piscina você tem que sair daqui, não tem nada aqui em Toritama, Toritama só é assim... Trabalho.” (Estou..., 2019, 23 min.). A cidade gira em torno das confecções e todos os estabelecimentos parecem, de alguma forma, voltados a esta função.

Até mesmo o Rio Capibaribe que, apesar de considerado um dos mais importantes de todo o estado de Pernambuco, tem sua função na produção de jeans. Com o advento e multiplicação das lavanderias, o despejo de resíduos nas águas do rio transformou sua coloração em um azul-escuro similar à tonalidade característica do jeans:

A impressão primeira da cidade de Toritama é a de um canteiro de obras onde atividades de produção e lavagem de jeans estendem-se pelo horário noturno e misturam-se à malha urbana, às residências, ao comércio local e aos poucos serviços públicos existentes. Essa impressão é reforçada com a visão do único rio que corta a cidade, em cujas margens estão localizadas as lavanderias do município. A poluição causada pelas atividades das sessenta lavanderias existentes era visível na sua coloração azul escuro, proveniente dos detritos líquidos e sólidos despejados no rio sem nenhum tipo de tratamento (Noronha; Turchi, 2007, p. 269).

O eixo fundamental da vida local, porém, está situado no interior das casas em que estão alocadas as fábricas. Por mais que a produção em Toritama também conte com grandes fábricas, a maior parte dela é realizada nessas pequenas unidades domiciliares. Bastante diversificadas, configurando desde oficinas completas até pequenos e improvisados conjuntos de costureiras, as fábricas são unidades terceirizadas que se responsabilizam por alguma etapa da produção do jeans - como o tingimento do tecido, o corte, a costura ou o acabamento final das peças. O essencial é que nenhuma dessas unidades pretende produzir a peça de jeans inteira e, sendo assim, dependem umas das outras no decorrer do processo produtivo, sendo a subcontratação o elo de ligação entre elas.

Os trabalhadores, em sua maioria, são remunerados de acordo com o número de peças produzidas, como uma das funcionárias entrevistadas no documentário esclarece: “se você fizer 100 bocas de bolso a 10 centavos, aí você ganhou 10 reais; se você fizer 1000 bocas de bolso num dia, aí você ganhou 100 reais” (Estou..., 2019, 20 min.). O jeans é a principal fonte de renda dos habitantes e, pelo caráter extremamente flexibilizado da produção, o ganho mensal é instável, oscilante e difícil de ser calculado. Uma vez que o desempenho individual é o fator determinante, os trabalhadores se veem responsáveis por sua própria remuneração. Neste contexto, as jornadas de trabalho se estendem pelos finais de semana e feriados – com exceção do carnaval, é claro – ultrapassam doze horas de uma rotina frenética que inclui, para além da produção intensa, o trabalho doméstico e a reprodução familiar.

Em cada etapa da produção, as funções específicas ainda podem variar com a demanda no momento. Assim, cada posto de trabalho compreende uma multiplicidade de tarefas subsidiárias que um único trabalhador realiza: “Eu faço de tudo. Eu passo cola, ‘desavesso’ o pé, amarro mais os meninos” (*ibidem*, 13 min).

De modo geral, o trabalho em cada fábrica segue sua lógica própria e o dinamismo econômico é chave para se gerir uma unidade produtiva. O proprietário é quem administra a produção, compra materiais e vende mercadorias de acordo com a demanda, emprega novos funcionários – sendo eles seus familiares ou não – e expande o arranjo das confecções pelos cômodos disponíveis ou pelos puxadinhos<sup>12</sup>. Deste modo, é habitual observar trabalhadores comendo, dormindo e desenvolvendo as atividades produtivas no

---

<sup>12</sup> Cômodos extras construídos exclusivamente para abrigar a atividade produtiva.

mesmo lugar, dividindo espaço com a mobília da casa, maquinários e peças de *jeans*, como verifica Heleno (2013, p. 218) através de sua pesquisa de campo em Toritama:

Assim, era comum a mistura do mobiliário da casa com as próprias máquinas, estas em alguns casos eram usadas como divisória para separar o espaço da sala, onde ficavam o sofá, mesa, cadeiras, racks e televisão, do espaço do trabalho; já em outras unidades, as máquinas eram espalhadas pela varanda, salas e, nos demais cômodos, ficavam os móveis misturados com as peças de roupas de jeans e outros artigos voltados para a produção e/ou acabamento, como linhas, enfeites etc. [...] Às vezes se tratava de estabelecimentos com dois andares, onde em geral o primeiro andar era utilizado para a moradia dos proprietários, ficando a atividade produtiva instalada no térreo, em outros casos, a produção ocupava a garagem da residência, não havendo assim interferência direta com o corpo da casa; ou ainda, visitamos também algumas unidades que desenvolviam as atividades produtivas num galpão construído no quintal da casa.

Quanto à mão-de-obra empregada, se destacam os vínculos de parentesco, amizade, vizinhança e confiança. Moraes (2013) sublinha a importância da noção de “ajuda” mútua no que se refere ao par de elementos família-trabalho, vez que, em momentos de atraso na produção, frequentemente são acionados parentes, amigos ou vizinhos, uma dinâmica que também beneficia o trabalhador requerido. Por conseguinte, a relação entre patrão e empregado é praticamente inexistente e a formalização de contratos trabalhistas é tida como desnecessária. Ao contrário, tais relações se baseiam em um contrato moral entre os membros da família. Trata-se de uma obrigação de “ajudar” quando preciso e de uma rede entre os que já estão estabelecidos e aqueles que chegam: “Espera-se assim que um parente “ajude” o outro quando o inclui na sua produção e que se ofereçam caminhos para a inserção no mercado das confecções para um parente que acaba de chegar de um “sítio” ou região rural” (Moraes, 2013, p. 11). O uso do termo “ajuda”, enfim, compreende o entrelaçamento de outras relações meio à relação de trabalho. É evidente que, com o domicílio convertido em seção externa da fábrica, a família também se transforme em extensão da produção.

A informalidade que permeia as relações de trabalho e que marca todas as etapas de produção do Polo, no entanto, está longe de representar um rastro de formas produtivas passadas, mas pelo contrário, “é constituinte da forma “moderna” desse território produtivo, fundamental à sua configuração contemporânea” (Rangel; Corteletti, 2022, p. 10). Também cabe considerar que a condição salarial, ou a generalização da condição de assalariado e da ampla proteção social, sempre foi restrita geograficamente e historicamente contemplou apenas um tipo específico de trabalhador - homem, branco,

europeu. Portanto, no caso do Brasil, a “sociedade salarial”, tal como proposta por Robert Castel (1998) nunca foi consolidada, já que em momento algum a proporção de assalariados representou a maior parte da população. Nesse sentido, a informalidade é marca profunda e permanente do trabalho brasileiro.

No entanto, diferentes configurações são englobadas pelo conceito de informalidade, que é controverso desde sua origem. Em comum entre elas estão a inexistência de regulações estatais, a ausência de contratos e a falta de proteção ao trabalhador. O histórico do Polo, como já evidenciado, sempre esteve marcado pela autonomia do povo agrestino, vez que a ação estatal pouco colaborou em todo o processo de desenvolvimento do Agreste Pernambucano, se limitando ao combate à circulação de mercadorias sem nota fiscal, controle de impactos ambientais e as poucas tentativas de regulação do trabalho. Somente nos últimos anos, o poder público deixou de carregar um estigma negativo e “passou a ser visto como parceiro do Polo, principalmente para os empresários, produtores e comerciantes mais estabelecidos, e desde que a formalização se concentre na fachada dos empreendimentos, e não na cadeia de produção e trabalho” (Rangel, 2020, p. 59).

O quadro de informalidade de Toritama, assim como de todas as cidades que compõem o Polo, não se constitui enquanto alternativa ao emprego formal, vez que o trabalho informal sempre foi o modelo dominante na região. Mesmo que represente, de certa forma, a flexibilidade esperada pelos novos mecanismos de acumulação do capital, a formação fundamentalmente autônoma vinculada à geografia, história, economia e estrutura social do Agreste pernambucano extrapola o domínio do discurso neoliberal. Para Lima e Soares (2002, p. 167), no Polo, “a nova e velha informalidade se entrelaçam de forma dinâmica e contraditória”, o que também não significa apenas uma junção entre o “novo” e o “velho”, mas sua imbricação em um novo modelo de relações produtivas.

## **2.2. Dos fluxos migratórios em constante confecção**

O desenvolvimento do Polo, acompanhado da construção constante de novas facções na cidade de Toritama, converte-se em um fluxo praticamente contínuo de pessoas em busca de trabalho na produção de jeans. Essa população procura por atividades que necessitam de uma grande quantidade de mão de obra e, muitas vezes, não requerem conhecimento tecnológico prévio ou qualquer grau de escolaridade. Tais características, que facilitam a entrada no trabalho informal das facções, transformam



Toritama em um lugar “bom de trabalhar”, conforme defendido pelos próprios trabalhadores:

Porque é muita gente de fora aqui, tá entendendo? Aqui virou um São Paulo. Antes o povo se enganava, ia pra São Paulo pra trabalhar, né? Chegava lá e era difícil porque tem que ter estudo, né? Aqui não, você chega, por exemplo, um zé ninguém... Você não sabe nem de um A, mas, se chegou aqui em Toritama, você trabalha. Você só fica parado se você quiser (Estou..., 2019, 22 min.).

Durante muito tempo, a região Nordeste, especialmente os municípios localizados no entorno do Agreste, foram reconhecidos como expulsões de população em virtude da falta de empregos, do baixo dinamismo econômico e da seca. Os pequenos produtores que não conseguiam garantir uma renda suficiente na agricultura ou na pecuária para o sustento de suas famílias se dirigiam aos centros urbanos mais próximos procurando por alguma alternativa de trabalho e, quando não eram bem-sucedidos, migravam para regiões mais distantes, principalmente para o Sudeste brasileiro, que estava em processo de industrialização e com elevada demanda de trabalhadores.

Desde 1930, os numerosos migrantes nordestinos que chegavam a São Paulo já se estabeleciam no polo industrial, configurando suas próprias redes sociais na vizinhança do bairro do Brás. A chegada dessa população foi de extrema importância na formação de um exército industrial de reserva, o que beneficiaria a industrialização e urbanização da cidade ou, em outros termos, a “revolução industrial” sudestina, como define Annahid Burnett (2013, p.18): “acreditamos que a região Sudeste, mais especificamente São Paulo, funcionou como uma espécie de Império da industrialização nacional, tendo no Nordeste o reservatório de mão de obra abundante”. Entretanto, a partir de 1950, em um mercado já saturado pelas migrações anteriores e que exigia uma mão de obra qualificada, os migrantes excedentes, que procuravam por outras possibilidades de ocupação, passaram a recolher os resíduos das fábricas têxteis – os retalhos – e levar de volta ao Agreste Pernambucano. Aqui se iniciava a “saga dos retalheiros” (Burnett, 2013) que culminaria na constituição da *Feira da Sulanca*.

A mobilidade espacial dos trabalhadores segue as necessidades do capital naquele determinado momento e, com o crescimento, dinamização e desenvolvimento econômico das cidades do Polo, especialmente a partir da década de 1980, os fluxos migratórios vêm mudando de configuração. O Nordeste, que anteriormente foi considerado como um grande expulsor, se transforma agora em receptor, seja de forma permanente, caracterizando uma reversibilidade do fenômeno da migração, ou provisória, em um

movimento de “ir e vir” (Lyra, 2005). Toritama “se torna São Paulo” na medida em que oferece condições de fixação mais praticáveis do que o Sudeste e, nesse sentido, a possibilidade de inserção no mercado de trabalho constitui questão-chave. Como questiona Sayad (2000, p. 8): “existem migrações, por mais reduzidas que sejam, e por quaisquer que sejam as razões declaradas, que não sejam de trabalho? Isto é, que não tenham implicações no mercado de trabalho?”.

Com a flexibilização do processo produtivo, a reorganização espacial da produção concentra as empresas subcontratadas em espaços não metropolitanos, “fenômeno este que pode estar relacionado com a expansão econômica dessas áreas que vêm oferecendo vantagens locacionais, como isenção fiscal, subsídios para as indústrias e oferta de empregos para a população, mesmo que estes sejam de baixa qualificação” (Vasconcelos, 2012, p. 66). Se antes a tendência industrial era a de agrupar, em um único espaço, a maioria das atividades para garantir controle total sobre elas, agora, a subcontratação permite redução de custos e ganho na eficiência ao transferir tarefas para outras empresas, que geralmente estão localizadas em territórios com mão de obra abundante, barata e pouco organizada.

Através da incorporação das regiões periféricas nas redes empresariais e de comercialização:

é estabelecida uma relação dialética entre o global e o local pelas transformações heterogêneas provocadas nos novos territórios que interagem com a economia mais ampla, reconfigurando o local social e culturalmente. Podemos nos referir aos processos de externalização industrial em países da periferia do capitalismo, na qual as fábricas instaladas provocam a proletarianização de populações antes vinculadas a uma economia de subsistência e que se tornam, grosso modo, parte de um proletariado global (Lima, 2020, p. 768 – 769).

Os municípios afetados, como é o caso de Toritama, são transformados por este processo de inserção na dinâmica econômica do país, no entanto, suas configurações tradicionais e especificidades regionais são mantidas. É parte intrínseca da reespecialização que os lugares sejam ressignificados, vez que as relações sociais que existiam anteriormente nesses espaços são transformadas pela nova configuração populacional, que inclui agora as populações migrantes que foram atraídas pelos empregos nas novas indústrias. Juntamente com as pessoas, viajam também os modos de ver, agir e estar no mundo (Sá, 2018) que compõem e reconfiguram a conjuntura do quadro.

O desenvolvimento dos meios de comunicação, de transporte e informacionais também auxiliam na formação e integração dessas redes de migrantes, o que facilita, de certa forma, a decisão de migrar. Deste modo, o fluxo que se estabelece entre o Agreste Pernambucano e o Sudeste se desenvolve e se dinamiza, beneficiando não só a formação de arranjos comerciais com a circulação de mercadorias, mas a fixação de redes sociais, de parentesco, amizade e ajuda mútua.

As feiras, tanto do Agreste como de São Paulo, são exemplos claros da complexidade das organizações estabelecidas pelos migrantes que, para além de promover a comercialização de mercadorias produzidas em ambos os lados da rede, ainda agrupam num mesmo espaço, os comerciantes e os compradores de todo o país, em qualquer época do ano. A estimativa é a de que “Toritama recebe por semana um fluxo aproximadamente de 10 mil compradores (Sacoleiros), vindos de vários estados do país nos dias de ‘feira da sulanca’[...]” (Heleno, 2013, p.128). Longe de servir apenas enquanto espaços de trocas comerciais, as feiras da região do Agreste Pernambucano reúnem indivíduos das mais distintas trajetórias e abrigam praticamente toda a vida sociocultural da região.

Ou seja, mais do que um evento semanal de suprimento das necessidades econômicas, de consumo e animador das relações sociais locais, a feira de rua pode ser vista como um microcosmo de reprodução, coerção e conversão de práticas culturais. É como se ela fosse um ancestral presente não somente por meio das feiras da sulanca, mas também nas disposições herdadas por pessoas que tecem a trama desta terra em confecção (Sá, 2018, p. 77).

O documentário acompanha a "correria" de um dia de feira em Toritama. Marcelo Gomes relata que os feirantes se animam ao pensar que a equipe de filmagem está lá para divulgação da feira, mas saem desinteressados com a explicação de que, na verdade, se trata de um filme sobre trabalho. Comumente, a feira vira a madrugada. Enquanto o expediente de alguns termina às cinco ou seis horas da manhã, o de muitos outros se estende até às duas da tarde do próximo dia. No entanto, o dia de feira é “tudo ou nada”, é assunto sério entre os proprietários das facções que procuram vender a produção semanal. Em entrevista, um vendedor – autointitulado “amigo dos vendedores” – declara: “Eu tô sem voz... Eu tô sem voz porque quando eu me preparo no domingo para chegar aqui e vejo essa multidão chegando pra comprar, aí eu me empolgo. Não tem coisa que você faz por prazer? Por alegria?” (Estou..., 2019, 55 min.).

### 2.3. Configurações do trabalho a partir das relações de gênero

“Especificamente no caso do Agreste de Pernambuco o protagonismo feminino deve ser destacado, pois a sulanca de fato, conseguiu tomar força a partir da mulher e não do homem” (Milanês, 2015, p. 87). A costura, função cultural e historicamente atribuída ao sexo feminino, durante o período agrícola do Polo, servia de complemento na renda para garantir a reprodução do grupo familiar. O domínio delas sobre a costura era praticamente tido como “natural”, uma “habilidade feminina” repassada de avós e mães para as filhas, e por isso, era comum que as mulheres possuíssem pelo menos uma máquina de costura em casa, utilizada para produzir roupas para si e para os outros membros da família.

A entrada na indústria de confecções garantia, para as mulheres, a possibilidade de desenvolver um trabalho remunerado sem que houvesse alterações drásticas nas tarefas domésticas. Com o advento da sulanca, as peças produzidas no ambiente familiar poderiam ser comercializadas nas feiras locais, resultando na inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho da região. Em pouco tempo, a participação das mulheres na composição dos rendimentos familiares passa a extrapolar o esperado e tomar um papel de destaque quando comparado ao rendimento dos homens advindo da agricultura e da pecuária em constante declínio.

As mulheres acompanharam de perto o processo de expansão da sulanca – da qual ditaram, desde sempre, os padrões de produção – e vivenciaram as novas exigências da transição para o trabalho nas facções, conforme a reformulação que resultou no atual *Polo de Confecções do Agreste Pernambucano*. Até hoje, a forma como se caracteriza o trabalho produtivo em Toritama muito se relaciona com o início da sulanca: o trabalho a domicílio, o envolvimento das redes de parentesco, as habilidades que são repassadas através das gerações<sup>13</sup> e, principalmente, a manutenção da autonomia.

Vale pontuar que, no entanto, as gerações de mulheres que entraram na costura após o surgimento da sulanca possuem uma perspectiva bem menos conectada a obrigatoriedade de aprender uma “função feminina” e mais relacionada à necessidade produtiva da região, como destaca Milanês (2015, p. 90):

---

<sup>13</sup> Considerado por Silva (2009) como uma “transmissão dos saberes”, essencial para a permanência do trabalho nas confecções.

No entanto, cabe destacar que essa diferenciação e esse sentido da costura só tem fundamento se fizermos um enfoque geracional, pois o que se constata é que as mulheres de mais idade foram as que compartilharam desse contexto, mas já suas filhas e netas, nascidas após o surgimento da sulanca, começaram a se direcionar para esta atividade não mais como uma “função feminina” que seria crucial e requerida pelo futuro papel de “mulher casada” que ela iria desempenhar, mas por um anseio profissional que estava cada vez mais em alta, por conta da abertura do mercado de trabalho que estava se consolidando na região.

A partir do desenvolvimento do Polo, enquanto as facções de costura passavam a ser ocupadas pela presença masculina, as tarefas domésticas e de reprodução familiar continuavam sendo assumidas quase exclusivamente pelas mulheres e ainda tidas como “tarefas femininas”. “Pois, embora os homens em Toritama tenham assumido um lugar na costura, continuaram, no geral, ausentes nas atividades domésticas, pois para eles a costura representava o não doméstico, ou seja, o produtivo” (Heleno, 2013, p. 255). Enquanto as mulheres entraram nas confecções a partir de seu processo de socialização, os homens, ao assumir funções consideradas “femininas”, o fizeram apenas pela necessidade econômica, e portanto, nenhum deles assume qualquer outro trabalho “de mulher” dentro do espaço doméstico que não seja o produtivo. Nesse cenário, é responsabilidade das mulheres administrar o trabalho do lar com o trabalho das facções, o que torna ainda mais imprecisa a linha que delimita as atividades produtivas das reprodutivas, já que ambas são, geralmente, realizadas no mesmo espaço e, por vezes, ao mesmo tempo. Em algumas cenas do documentário presenciamos mulheres cuidando de seus filhos enquanto costuram. Em um momento, pausam rapidamente o trabalho para atender ao choro das crianças e retornam à produção logo em seguida.

Cozinhar, limpar a casa, cuidar dos filhos e de quem estiver doente, fazer as compras, tomar as decisões para a organização doméstica e costurar. O tempo para reprodução familiar e social está imbricado no dia a dia de trabalho das mulheres de Toritama e, por isso, a flexibilidade e autonomia características do setor de confecções é valorizada por elas, vez que permite a alternância entre uma atividade e outra:

O caráter marcadamente informal, familiar, flexível e precário das relações de trabalho nas atividades do Polo tem a ver com a capacidade de sua dinâmica em associar o trabalho na produção e comercialização de confecções com o trabalho em outras atividades (agrícola, pecuária, na construção civil, em serviços públicos e privados), assim como com as atividades domésticas, sob novos processos de diferenciação de gênero nas relações de trabalho e sob novas dinâmicas associando o rural e o urbano (Bezerra, 2011, p.128).

Neste contexto, as relações de produção das facções de Toritama que hoje possuem a autonomia e a flexibilidade como atributos indispensáveis na organização do trabalho, foram constituídas fundamentalmente, pelas relações de gênero. Em outros termos, foi a partir da necessidade de articular a sobrevivência dos núcleos familiares ao ritmo atordoante de produção em único espaço e em um único tempo que o trabalho produtivo permaneceu dentro dos lares, ampliando e complexificando as jornadas de trabalho.

### Capítulo 3 – Tempo, autonomia e liberdade no neoliberalismo

Em Kant (2001) o tempo é a base necessária na constituição de todas as intuições, ele é dado *a priori* e todos os outros fenômenos só são possíveis a partir dele. Nessa concepção, o tempo, assim como o espaço, é um processo interno, ou seja, que existe *no sujeito que o concebe* e que determina a representação da realidade de tal sujeito. Portanto, a pretensão deste capítulo é a de partir da *percepção de tempo* como chave analítica para alcançar as demais apreensões da realidade, no nosso caso, da valorização da autonomia e da liberdade no trabalho.

Em Toritama, o tempo de trabalho se mistura, a cada dia mais, com o tempo da vida social. Se considerarmos o tempo social como aquele que “permite cumprir os atos necessários para a produção dos meios que garantem sua sobrevivência” (Oliva-Augusto, 2002, p.30), presenciamos nas facções da cidade a repartição de ambas as funções, a de produção e a de reprodução, em único tempo: a alimentação, o descanso e a sociabilidade todas se dão junto ao tempo de trabalho. Até mesmo as entrevistas presentes no documentário são realizadas no meio do expediente.

No entanto, a sensação de flexibilidade no uso do próprio tempo é extremamente valorizada pelos trabalhadores como exercício de autonomia, como sinal de que não se trabalha para ninguém e de que é possível definir a própria rotina, mesmo que esta inclua jornadas de até 17 horas por dia, divididas entre o trabalho nas confecções e as tarefas de casa.

#### 3.1. Para novos modelos produtivos, novas percepções de tempo

Decido cortar o som. O barulho ensurdecedor das máquinas me causa ansiedade. Agora, é essa repetição desse movimento que me causa angústia. Coloco uma trilha sonora. O balé das mãos se movem no compasso da música. Filmo de outro ângulo. A angústia da repetição permanece. Meu pai era Fiscal de Tributos e hoje, sou um fiscal do tempo alheio. Sou tomado pela lembrança do meu pai e pela angústia dessa repetição. O tempo coletivo, preenchido por um trabalho sem fim (Estou..., 2019, 28 min.).

O trecho compreende uma das passagens mais emblemáticas dentre as reflexões de Marcelo Gomes no documentário. O narrador observa angustiado, por alguns intermináveis minutos, o trabalho repetitivo nas máquinas de costura e, enquanto isso, pondera sobre o balé das mãos que conduzem os pequenos pedaços de jeans por dias e anos inteiros. Se nem as diferentes escolhas de trilhas ou de ângulos tornam as incontáveis

repetições do mesmo movimento menos agonizantes, como podem os trabalhadores de Toritama enfrentar de bom grado sua jornada de trabalho?

De domingo a domingo, em um expediente que se inicia às cinco da manhã e se estende até as dez horas da noite, o rigoroso itinerário de trabalho é equivalente ao retorno financeiro esperado e, por isso, torna positiva a compreensão dos trabalhadores sobre o tempo gasto: “Eu gosto. Quando tem serviço, eu gosto. Eu sei que quanto mais eu estou trabalhando, eu estou ganhando” (Estou..., 2019, 8 min.). Marcelo Gomes, no entanto, em seu autointitulado posto de “fiscal do tempo alheio”, coloca em pauta o tempo coletivo e a sua ocupação, quase integral, voltada ao trabalho produtivo. À vista disso, diferentes percepções sobre o tempo parecem ser mobilizadas.

Fato é que a percepção de tempo está diretamente relacionada às configurações econômicas e culturais de determinada sociedade, o que quer dizer que diferentes situações de trabalho se refletem em diferentes assimilações e usos do tempo. Nas comunidades pré-industriais, por exemplo, a medição temporal era frequentemente pautada por alguma tarefa cotidiana: como os nuer ao basear o tempo pelas rotinas pastorais, ou como em Madagáscar onde o “cozimento do arroz” e o “fritar de um gafanhoto” eram intervalos pelos quais os minutos podiam ser contabilizados. (Thompson, 1998). Em modelos de organização social cujas tarefas se desenrolam por ordem de necessidade – e não de mercado – é perceptível o desinteresse pelo tempo do relógio e, assim, o trabalho é sistematizado pelos ritmos “naturais”: os pescadores integram o seu tempo com o das marés, agricultores com as chuvas e o galo anuncia o início de um dia de trabalho.

Levando isso em conta, E. P. Thompson (1998, p. 269) procura compreender de que modo a transição para o capitalismo industrial altera a disciplina em torno do tempo de trabalho por meio das questões:

[...] até que ponto, e de que maneira, essa mudança no senso de tempo afetou a disciplina de trabalho, e até que ponto influenciou a percepção interna de tempo dos trabalhadores? Se a transição para a sociedade industrial acarretou uma reestruturação rigorosa dos hábitos de trabalho – novas disciplinas, novos estímulos, e uma nova natureza humana em que esses estímulos atuassem efetivamente – até que ponto tudo isso se relaciona com mudanças na notação interna de tempo?

Não se trata apenas de uma questão de novas técnicas ou tecnologias, mas, desde o momento em que é preciso contratar mão-de-obra, é também preciso trabalhar a partir de jornadas estabelecidas e controladas, afinal, o empregador deve cuidar para que



nenhum tempo seja desperdiçado. Há, portanto, uma clara distinção entre o tempo do trabalhador e o do empregador, sendo predominante, no segundo caso, o valor do tempo quando reduzido ao dinheiro. “O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta” (ibidem, p. 272). É simbólico que, durante os primeiros momentos da Revolução Industrial, nenhum trabalhador podia arcar com os custos de possuir um relógio portátil, o que transformava a medição do tempo da jornada de trabalho em uma exclusividade dos patrões – que não mediam esforços em adulterar o horário de entrada e saída em seu próprio favor.

A difusão geral dos relógios, até então considerados artigos de luxo, ocorre somente quando é demandada uma maior sincronização e controle do trabalho pelos empregadores. Deste momento em diante, “o pequeno instrumento que regulava os novos ritmos da vida industrial era ao mesmo tempo uma das mais urgentes dentre as novas necessidades que o capitalismo industrial exigia para impulsionar o seu avanço” (ibidem, p.279). Conforme a mercantilização das relações de trabalho ganha espaço – ou a transformação da força de trabalho em mercadoria, como foi abordado por Karl Marx (1983) – o controle do tempo é cada vez mais importante na disciplinarização dos trabalhadores, já que:

Para valorizar-se, o capital depende da compra da força de trabalho e esta será empregada como valor de uso por um tempo determinado. A contagem e o controle do tempo se tornam cruciais para que o trabalhador assegure a reprodução do capital, resultante do tempo de trabalho não pago, a mais valia. (Lima; Holzmann, 2015, p. 54).

Daí em diante, se torna necessário diminuir qualquer período de tempo em que o trabalhador não esteja produzindo, garantindo que todas as tarefas sejam realizadas no menor tempo fisiologicamente possível. Seguindo a máxima inspiradora das relações de trabalho na organização capitalista de que “tempo é dinheiro”, desperdiçar tempo se transforma em um crime incontestável, e a preguiça, no maior dos pecados capitais.

Frederick Taylor, no intuito de controlar o tempo de trabalho e adaptá-lo às tendências produtivas do século XIX, desenvolveu um conjunto de métodos de organização denominados de “gerência científica”. Não que Taylor tenha sido o primeiro a estudar o controle do trabalho, mas sim que “elevou o conceito de controle a um plano inteiramente novo quando asseverou como uma necessidade absoluta para a gerência adequada a imposição ao trabalhador da maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado” (Braverman, 1981, p.86). A partir do cálculo de todos os elementos e

processos de trabalho, o gerente impunha de modo rigoroso as formas de execução das atividades e mínimas ações dos trabalhadores, prevenindo o ócio e supervisionando os movimentos através de um “marca-passo” que planejava com exatidão os movimentos corporais demandados para cada tarefa, reduzindo ao extremo o tempo necessário para executá-las. Além disso, o espaço da fábrica também deveria ser organizado a fim de evitar qualquer deslocamento desnecessário. Taylor extrapolava a própria compulsividade ao desenvolver e difundir o método que separava completamente a concepção e execução do trabalho, e assim, cabia ao trabalhador apenas realizar as tarefas fragmentadas tais quais eram milimetricamente definidas, e, portanto, controladas pela gerência.

No entanto, foi com Henry Ford que o controle do tempo e do espaço proporcionou uma completa racionalização do sistema de produção em massa, bem como do modo de organização da sociedade no geral. O fordismo significava “[...] um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (Harvey, 1993, p. 121). O tempo de execução de cada tarefa dentro da linha de montagem passou a ser imposto pelo tempo da esteira, que limitava também o espaço de deslocamento do trabalhador, agora mantido fixo em seu posto.

Ao propor um dia de trabalho de oito horas por um pagamento de cinco dólares – bem acima do salário médio em vigor – Ford garantia aos trabalhadores renda e tempo livre para que consumissem os produtos produzidos. No entanto, enquanto condição para a remuneração de cinco dólares, o trabalhador deveria engajar em atividades controladas e moralmente aceitáveis: somente os que preenchessem o tempo de “lazer” com os critérios pré estabelecidos pela empresa seriam recompensados. Os modelos gratificados envolviam a sobriedade, a organização familiar e a recusa às ações coletivas, sendo qualquer vinculação aos sindicatos completamente inadmissível. “Ao tempo de trabalho regular exigido pela fábrica, somava-se o tempo do lazer administrado, com atividades organizadas e controladas pela empresa, para que houvesse a preservação e recomposição da capacidade de trabalho a ser utilizada no dia seguinte” (Lima; Holzmann, 2015, p. 58).

O taylorismo-fordismo, combinando os métodos de controle do trabalho estipulados por Taylor e Ford, logo se tornou eixo central na racionalidade da produção e, enquanto paradigma hegemônico, conduziu uma grande reorganização da sociedade capitalista e, portanto, da percepção temporal, vez que “na sociedade capitalista madura,

todo o tempo deve ser consumido, negociado, utilizado; é uma ofensa que a força de trabalho meramente ‘passe o tempo’” (Thompson, 1998, p.298).

Se é fato que o próprio tempo é transformado pelas mudanças econômicas, sociais e culturais de dada sociedade, a reestruturação capitalista do final do século XX seria mais do que suficiente para garantir, mais uma vez, traços fortes de uma experiência temporal reelaborada (Turin, 2019). A organização da produção e da vida social, cada vez mais flexíveis, reorientam o controle do tempo e do espaço em novos termos. Através da “racionalidade neoliberal”, que “transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente as sociedades” (Dardot; Laval, 2016, p. 7) e da adoção das políticas neoliberais, as características que pautam a experiência contemporânea do tempo e que definem a subjetividade dos trabalhadores pertencem a um novo sistema normativo flexível e pautado no individualismo.

Em relação às mudanças na organização do trabalho, entra em cena o denominado Toyotismo<sup>14</sup>, ou o “modelo japonês” de gestão de produção que, de modo geral, tem a flexibilidade e a variedade como fatores determinantes para alavancar a produtividade. Benjamin Coriat (1993, p.84-85) caracteriza o modelo como inovador ao propor uma reorientação temporal do trabalho:

Ele substitui os princípios dos tempos alocados ou impostos (no método americano, sempre baseados em tarefas estritamente repetitivas) por tarefas múltiplas e agradáveis em padrões (de tempo e de trabalho) flexíveis, o que propomos designar como o princípio do trabalho em “tempos partilhados”. A introdução deste princípio no cerne do processo de fabricação constitui certamente, depois de Taylor, a maior das revoluções já ocorridas na teoria da gestão de produção.

O Toyotismo substitui a divisão de tarefas e repetitividade da linha de montagem taylorista-fordista pelo trabalho em equipe, padrões flexíveis e uma maior responsabilização do trabalhador. No novo formato de gestão, o fluxo de consumo é determinante para condicionar toda a organização produtiva, de modo que, com a produção dependente da demanda, a flexibilidade é adotada como preceito para todos os trabalhadores, incentivados a serem multifuncionais e polivalentes, operando em qualquer área conforme às mudanças de interesse do capital. Falamos, em termos ideológicos, da criação de um novo tipo ideal de trabalhador (Machado da Silva, 2003):

---

<sup>14</sup> Referência ao fundador da marca Toyota, Sakichi Toyoda. No entanto, o modelo também é frequentemente reconhecido como Ohnismo, em referência ao engenheiro mecânico fundador do sistema kanban, Taiichi Ohno.

individualizado, responsabilizado, competitivo, inovador e protagonista, por fim definido como “empreendedor”. “Empreendedor de si mesmo, que investe em sua qualificação e atualização, que recusa a estabilidade do assalariamento [...] A figura do camelô, por exemplo, passa a ser percebida como um empreendedor em potencial” (Lima, 2020, p. 24).

A chamada racionalidade neoliberal que generaliza a concorrência enquanto norma, também transforma a empresa como modelo de subjetivação do indivíduo. Esse homem-empresa, é responsável pela sua própria empregabilidade e deve ser inteiramente envolvido na atividade que executa: “[...] deve-se reconhecer nele a parte irredutível do desejo que o constitui.” (Dardot; Laval, 2016, p. 327). Dessa forma, o controle – inclusive temporal – que antes era exercido por chefes e supervisores, agora funciona através da natureza disciplinar dessa racionalidade que, quando interiorizada pelo trabalhador, funciona de forma tão eficaz como antes, se não mais.

### **3.2. Valorização do trabalho autônomo nas facções de Toritama**

É importante para a análise da experiência de trabalho em Toritama levar em consideração que a cidade não representa *exclusivamente* um modelo desta racionalidade flexível e individualizada. Quando Lima e Soares (2002) mencionam uma imbricação dinâmica e contraditória entre o “novo” e o “velho” no ambiente de trabalho do Polo, fica evidente que as relações produtivas locais combinam, em um só lugar, elementos característicos de ambos os modelos, de ambos os tempos. Estão ali presentes, dentro de um trabalho artesanal e de uma linha de produção característica do taylorismo-fordismo, o uso das tecnologias, o trabalho a partir de metas, o empreendedorismo presente no sentimento coletivo de “nunca trabalhar pra ninguém”. A maioria dos trabalhadores de Toritama pensa em abrir sua própria facção e criar sua própria marca, realidade aparente na descrição dos sonhos pessoais: “o meu sonho é ver a minha empresa crescendo cada dia mais” e “pra nós que trabalhamos no jeans, todos nós que sonha é em chegar no ponto máximo, que é você fabricar, ser dono do seu próprio negócio” (Estou..., 2019, 55 min).

Com as novas tecnologias informacionais e através da terceirização<sup>15</sup>, o controle do tempo e do espaço foi redistribuído, a grande fábrica foi subdivida em pequenas

---

<sup>15</sup> Regulamentada no Brasil pela reforma trabalhista de 2017, que incluiu ainda, outras formas de contratos mais flexíveis

unidades/oficinas que cumprem apenas uma tarefa, como é o caso das facções de Toritama, que trabalham sem limite de jornada para cumprir com as encomendas.

A partir da liberdade para definir o seu local e tempo de trabalho, a separação entre o lugar em que se trabalha e que se descansa é cada vez mais imprecisa. Na hora do almoço, por exemplo, alguns dos trabalhadores de Toritama não deixam as facções e comem suas marmitas em cima das máquinas de costura. O tempo do trabalho é o mesmo tempo da vida social e, nesse cenário, se estabelecem percepções e expectativas que positivam a autonomia e a liberdade no trabalho. “A questão da flexibilidade no uso do tempo e na determinação do espaço de trabalho é valorizada como fator de exercício da autonomia” (Lima; Holzmann, 2015, p.67).

Tratamos anteriormente da chamada “racionalidade neoliberal” presente na obra de Dardot e Laval para caracterizar a figura do empreendedor e a ressignificação do controle conforme à nova razão do mundo. Contudo, como sinalizam Penteado e Cruz Junior (2020, p.353), um discurso que se propõe geral e totalizante esbarra, evidentemente, em formações sociais entre os indivíduos que constituem hibridizações e novas apropriações. O debate quanto ao empreendedorismo no Brasil, além de complexo, carrega as suas próprias ambiguidades e, portanto, não se explica completamente pela racionalidade neoliberal.

Historicamente, a base para a formação do Polo se deu através do “imperativo de independência” (Rangel; Corteletti, 2022, p.11) ou de sobrevivência do povo agrestino que precede em muito à racionalidade neoliberal em questão. Não que a influência do discurso seja desconsiderada, pelo contrário: o comportamento de grande parte dos trabalhadores alocado no desejo de desenvolver uma marca própria e se tornar empreendedor de si mesmo, se alinha perfeitamente à lógica do neoliberalismo. No entanto, e acima de tudo, tal comportamento segue também a herança social recebida pelos familiares que sempre consideraram a autonomia como a maior possibilidade de superação das dificuldades e ascensão econômica. Assim, cabe ter em conta que a propagação da racionalidade neoliberal, por mais que intensifique a percepção acerca da autonomia e liberdade, não pode ser tomada como ponto de partida. O *ethos* autônomo (Rangel; Corteletti, 2022) está intrínseco na origem e na cultura local e, atualmente, apenas se ajusta melhor à dinâmica dos novos tempos.

Muitos dos trabalhadores de Toritama já tiveram alguma experiência com empregos formais e carteira assinada. Suas trajetórias, em geral, são marcadas por um escasso trabalho rural e, posteriormente, se desenrolam pelo trabalho nas fábricas da

cidade. Uma entrevistada no documentário, que hoje possui a sua própria facção, narra a sua trajetória:

Eu trabalhei sete anos numa fábrica. Sete anos que trabalhei, aí o patrão, de repente, faliu. Aí cada um pegou seu rumo, né? Aí eu comprei minhas máquinas, outros que tiveram tempo, comprou... Aí, cada um da gente, hoje, tem seu maquinário, sua própria facção (Estou..., 2019, 8 min.).

Na percepção dos trabalhadores, o trabalho autônomo, nesse formato “cada um com a sua”, garante uma maior rentabilidade quando comparado ao emprego formal: “Ô meu senhor, aqui eu ganho mais do que trabalhando com carteira assinada. Carteira assinada, o salário é aquela mesma coisa, faça chuva ou faça sol. E aqui não. Aqui nosso salário quem diz é a gente” (*ibidem*, 35min). Além disso, a facilidade de entrada na produção de confecções também favorece o trabalho informal já que, na maioria dos casos, as facções se iniciam com a aquisição de uma única máquina de costura localizada no ambiente doméstico. Como Toritama gira em torno da produção de jeans, o trabalho em alguma atividade relacionada à confecção aparece naturalmente como possibilidade para todos os habitantes da cidade, podendo constituir renda extra, trabalho principal em facção ou negócio próprio. Seja como for, as características esperadas do “empreendedor” permeiam todos os trabalhadores da cidade.

Com a complexificação das relações de trabalho no Polo, os limites do clássico binômio formal/informal são cada vez mais obscurecidos. A possibilidade de realizar cada operação de forma descontínua, de modo que os produtos finais de cada etapa também sejam comercializados entre os elos da cadeia, faz com que até mesmo as grandes empresas formalizadas dependam das pequenas unidades familiares e informais para além da terceirização de funções específicas. Sendo assim, o setor de confecções, marcado pela fragmentação da produção, entrelaça o formal ao informal, e o individualismo ao trabalho coletivo.

Nesse sentido, a flexibilização não se limita aos trabalhadores informais, mas atinge a todos. Até mesmo aqueles que não possuem um negócio próprio se vêem, em alguma medida, enquanto empreendedores guiados pela flexibilidade para definir a própria produção.

A autonomia é, de certa forma, central e obrigatória para todos os trabalhadores de Toritama, no sentido de que “diz respeito à mobilidade que os indivíduos têm que demonstrar para organizar o seu próprio futuro. Ela também se refere à tendência à

individualização vivenciada nas situações de trabalho” (Azaïs, 2012, p. 184). O trabalhador das facções pode operar livremente a partir das lacunas das regras e normas de trabalho, garantindo sentido às próprias ações e responsabilidade sobre as decisões individuais; e aqui, se situam as “zonas cinzentas” (Azaïs, 2012). Tornar-se ou apenas sentir-se empreendedor é um fenômeno multifacetado que se traduz nas fronteiras movediças das relações de inserção social pelo trabalho e transparece na crescente importância da individualização entre os trabalhadores.

Além disso, o trabalho autônomo é amplamente favorecido por programas e políticas de incentivo ao empreendedorismo implementados na região por instituições como o SEBRAE e o SENAI a partir dos anos 2000, seja através de pesquisas de mapeamento e caracterização socioeconômicas, projetos de incentivo à abertura do MEI<sup>16</sup>, cursos de qualificação profissional ou investimento em *marketing*. De acordo com a pesquisa de Santos Lima (2011, p. 93), a atuação do SEBRAE no Polo ocorre em, pelo menos, duas frentes distintas, operando tanto na esfera técnica de capacitação do empresariado local, quanto na legitimação social do empreendedorismo:

Sua atuação ocorre a um tempo nos campos econômico e simbólico. De um lado, visa a atingir ganhos de lucratividade e produtividade, aprofundando a lógica de acumulação capitalista, defendendo o “cálculo econômico” em consonância com fortalecimento da “gestão empresarial” no contexto industrial e comercial local. De outro, busca criar, pela representação performática nos espaços públicos práticas e discursos de legitimação social: o “empreendedorismo”, o qual poderíamos definir como o “espírito do capitalismo” desse empresário local: que inova, que elabora estratégias diferenciadoras, que cria novas situações e novas oportunidades, atingindo mercados mais rentáveis para além das feiras da Sulanca.

Forma-se, portanto, um cenário geral e totalizado que justifica e valoriza a percepção quanto à autonomia e liberdade no trabalho das facções. No entanto, é importante pontuar que nem todas as características do trabalho autônomo são vistas com bons olhos, já que os trabalhadores não desconhecem a situação de precariedade e vulnerabilidade em que estão inseridos. A falta de direitos e estabilidade que seriam proporcionados por um emprego formal também é reconhecida em trechos como: “Em compensação, você não tem seus direitos trabalhistas. Entendeu? Aí é aquele lado, é bom

---

<sup>16</sup> “A sigla MEI (microempreendedor individual) surgiu em 2008 com a aprovação da Lei Complementar n°128, que tem o principal objetivo retirar da informalidade milhões de empreendedores”. Disponível em: <https://sitedocnpjmei.com/>. Acesso em: 23 dez. 2023.

por uma parte, por outra não é, porque dinheiro é bom demais, mas se a pessoa crescer o olho nele, a pessoa não enxerga mais nada, não. Só o dinheiro” (Estou..., 2019, 35 min).

“Escolher” entre o trabalho assalariado e a autonomia do informal, entretanto, não remete mais ao debate clássico do trabalho formal que garantiria dignidade e acesso à cidadania. Considerando todas as possibilidades disponíveis, até mesmo antes do estabelecimento da produção de jeans, o melhor rendimento financeiro e a empregabilidade facilitada são os grandes critérios de atração e o trabalho nas facções é percebido, em última instância, enquanto privilégio: “Porque não é todo mundo que tem privilégio de ter saúde, trabalhar, ganhar seu dinheiro. Isso é uma vida ruim? É nada. Ruim é pra quem morre” (*ibidem*, 20min).

### 3.3 Quando chega o Carnaval

Finalmente, após um ano inteiro de trabalho contínuo, os trabalhadores das facções aproveitam alguns dias de descanso. É com a chegada do Carnaval – que nomeia o documentário a partir da canção de Chico Buarque<sup>17</sup> – e, conseqüentemente, paralisação da produção, que Toritama reencontra o ambiente tranquilo que ocupa nas memórias de infância de Marcelo Gomes:

Nenhum ruído de máquina de costura, quase nenhum barulho de carro e poucas pessoas na rua. É quando a produção de jeans é suspensa que me encontro com a Toritama que conheci há 40 anos atrás e, junto com isso, vem a lembrança da viagem que fiz junto com meu pai. Quando eu viajava com ele, sempre que passávamos por Toritama, ele me dizia que, em tupi-guarani, a palavra Toritama quer dizer “terra da felicidade” (Estou..., 2019, 71 min.).

Significando Toritama a “terra da felicidade”, o diretor expõe o simbolismo presente no movimento dialético de esvaziamento da cidade durante os únicos dias de descanso do ano. Toritama serve como moradia e, especialmente, como local reservado ao trabalho, sendo assim, a única possibilidade de alcançar um período de ócio se encontra no afastamento físico daquele espaço.

É nesse sentido que o consumo se impõe enquanto uma possibilidade de acesso à cidadania e à sociabilidade, particularidades distantes aos moradores durante a maior parte do tempo em que se ocupam apenas da rotina produtiva e da comercialização de

---

<sup>17</sup>Lançada em 1972, a faixa “Quando o Carnaval Chegar” faz parte da trilha sonora do filme musical de mesmo nome, dirigido por Cacá Diegues. Na letra, repete-se o verso “Tô me guardando pra quando o carnaval chegar”.



seus produtos nas feiras. Ao longo do ano, os trabalhadores retratados pelo documentário juntam dinheiro para aproveitar as férias de Carnaval no litoral, e, aqueles que não alcançam o valor necessário para a viagem, consideram válido complementá-lo com a venda de qualquer item doméstico à disposição, ao menos até que, após o evento, os móveis e eletrodomésticos sejam recuperados através do dinheiro da produção.

Em entrevista concedida ao site Cinema em Cena, Marcelo Gomes afirma que a motivação inicial para produzir o documentário foi, justamente, seu estranhamento quanto ao período de carnaval: “Na época, achei que essa atitude era alguma transgressão ao capitalismo, um grito de liberdade para, pelo menos uma vez por ano, ter uma diversão” (Alves, 2019). Durante o Carnaval na praia, que é filmado através da perspectiva dos próprios trabalhadores, com o protagonismo de Léo, o tempo é ocupado por banhos de mar, pescarias, bebedeiras, músicas e festas. Essa escolha consciente pelo tempo do não-trabalho que ocorre uma vez ao ano, corresponde ao completo oposto do tempo ocupado na produção de jeans e, portanto, é símbolo de alguma forma de resistência no plano coletivo ou, no mínimo, de uma tentativa individual de cada um dos habitantes de extrapolar o sentimento de que sua sobrevivência seja limitada à produção.

No entanto, quando chega ao fim a semana de folga e o curto vislumbre da calma, a cidade de Toritama retorna ao acelerado ritmo de rotina, ao discurso empreendedor e à expropriação do tempo. O fim do carnaval é marcado pela chuva que sempre cai nesta época do ano e pelo começo de mais uma jornada interminável de trabalho produtivo que se estende até, pelo menos, o próximo Carnaval:

Toritama muda a cada dia. Somente a chuva que cai depois do carnaval permanece a mesma. Ela anunciava o início do plantio para os agricultores, agora anuncia o fim das férias para os trabalhadores autônomos que retomam a produção de jeans, orgulhosos de serem donos de seu próprio tempo (Estou..., 2019, 78 min.).

## **Considerações finais**

Com o objetivo de contribuir para uma discussão já estabelecida na Sociologia do Trabalho quanto ao setor de confecções, este trabalho se fundamenta na especificidade do meio cinematográfico, trazendo um novo enfoque ao tema em termos de arranjo e de análise. Procuramos assim, compreender as dinâmicas de trabalho nas facções de Toritama segundo o forte pensamento coletivo de “nunca trabalhar para ninguém” dos trabalhadores inseridos no contexto da região, e discutimos como a trajetória do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano foi estabelecida a partir de inúmeras disputas, contradições e paradoxos.

Desde o início, diante da seca do semiárido e do declínio da agricultura e pecuária, a configuração histórica do surgimento do Polo estimula bases autônomas para a mobilização dos recursos disponíveis – especialmente a sulanca, material de baixo custo e que normalmente seria descartado – no desenvolvimento de uma dinâmica própria para as atividades produtivas que contou com participação de diferentes atores, de um lado, pela iniciativa independente do povo agrestino em vista das adversidades locais e, de outro, pelas estratégias estatais e políticas públicas desenvolvimentistas que vieram mais tarde.

Trata-se de um cenário que reconfigura as permanências do “*velho*”, como o trabalho em linha de produção nos moldes do taylorismo-fordismo, em que cada trabalhador é responsável por uma pequena função, com o “*novo*” presente no discurso empreendedor, assim como no uso das tecnologias para alcançar o sonho comum do desenvolvimento de uma marca própria. Além disso, existe também uma imbricação entre o *trabalho individual* que garante a valorizada liberdade para definir os próprios horários e espaços laborais, e uma *rede coletiva* de demandas e encomendas da qual cada facção é dependente.

O trabalho informal, flexível, domiciliar, familiar e sem regulamentação é marca registrada da organização de trabalho das facções desde o início da produção na *Capital do Jeans* e incorpora, direta ou indiretamente, a maioria dos trabalhadores da cidade. Nesse sentido, a informalidade, por mais que tenha sido reconfigurada, marca o quadro referencial no qual estes trabalhadores foram formados e ainda estão plenamente inseridos. Mesmo que existam grandes fábricas estabelecidas que ofereçam empregos formais e carteira assinada, estas fábricas ainda dependem em grande medida da subcontratação e terceirização, assim, o trabalho autônomo segue crescendo, cada vez mais valorizado e defendido por todos os que estão inseridos neste contexto produtivo.

Não que os trabalhadores não reconheçam ou não compreendam a falta dos direitos fundamentais e a vulnerabilidade do trabalho nas facções, porém percebem que trabalho o informal oferece um maior rendimento financeiro e uma possibilidade concreta de ascensão econômica através da criação e expansão do próprio negócio. Não obstante, a facilidade de entrada no trabalho das facções também favorece a percepção acerca do trabalho informal já que a aquisição de uma única máquina, geralmente localizada no próprio ambiente doméstico, pode ser suficiente para empreender em um trabalho autônomo. Além disso, como praticamente todos os estabelecimentos da cidade de Toritama estão voltados para a produção de jeans, o trabalho nas confecções surge como possibilidade natural para todos os moradores, bastando acionar algum parente, amigo ou vizinho já inserido na rede produtiva.

A liberdade para determinar, por si, o uso do tempo e do espaço que serão investidos na produção tem como consequência latente o embaralhamento do tempo do trabalho com o tempo da vida social. Principalmente nas facções alocadas no ambiente doméstico, ambas as funções produtivas e reprodutivas compartilham o mesmo tempo e o mesmo espaço, realidade que é ainda mais amplificada no caso das mulheres. Na prática, isso é demonstrado quando notamos que a alimentação, o descanso e a sociabilidade são realizadas sem que os trabalhadores deixem as facções de modo que, mesmo as entrevistas que constam do documentário acontecem em frente às máquinas de costura ou às pilhas de jeans.

Verificamos, portanto, que a autonomia e a liberdade do trabalho flexível são positivadas pelos trabalhadores de Toritama, vez que estes reconhecem o espaço à sua volta e atuam de acordo com suas possibilidades, com os incentivos disponíveis e a partir da experiência proporcionada pelo próprio histórico da região. Ao mesmo tempo, atravessa sob o cenário um fortíssimo discurso empreendedor fundamentado por uma lógica neoliberal que enfatiza a responsabilidade individual, a competitividade e, principalmente, que é capaz de reelaborar subjetividades, espaços e tempos.

### Referências bibliográficas:

ALVES, A. Estou me guardando para quando o carnaval chegar: trabalho e tempo. Entrevista com Marcelo Gomes, 2019. Disponível em: <https://cinemaemcena.com.br/coluna/ler/2449/estou-me-guardando-para-quando-o-carnaval-chegar-trabalho-e-tempo>. Acesso em: 30 dez. 2023

ALVES, G. Prefácio: O mundo do trabalho através do cinema de animação. In: PINTO, Claudio. **Trabalho e Capitalismo Global: O mundo do trabalho através do cinema de animação**. Bauru, SP: Canal 6, 2011. p. 11-17.

ALVES, G; MACEDO, F. **Cineclube, cinema & educação**. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2010.

ANDRADE, T. **A estrutura institucional do APL de Confecções do Agreste Pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e a inovação: o caso do município de Toritama**. Dissertação (Mestrado em Economia), João Pessoa: UFPB, 2008.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 5ª ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BEZERRA, E. M. **O trabalho a domicílio das mulheres do Cariri Paraibano no Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRITTO, J.; CASSIOLATTO, J. Mais além da “guerra fiscal”: políticas industriais descentralizadas no caso brasileiro. **Anais do XXVIII Encontro da ANPEC**, Campinas, Dezembro de 2000.

BURNETT, A. A saga dos retalheiros: um estudo sobre a instituição da feira da Sulanca no Agreste Pernambucano. **Século XXI Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 2, p. 09-40, 2013.

CARVALHO, I. M. **O Nordeste e o regime autoritário**: discurso e prática do planejamento econômico regional. São Paulo: HUCITEC; SUDENE, 1987.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORIAT, B. Ohno e a Escola Japonesa de Gestão da Produção. In: HIRATA, H. **Sobre o “modelo” japonês**. Automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo: Edusp, 1993.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

ESTOU Me Guardando para Quando o Carnaval Chegar. Direção e Roteiro de Marcelo Gomes. Produção: Nara Aragão, João Vieira Jr. Brasil: Vitrine Filmes, 2019. (85 min).

GOLIOT-LETÉ, F; VANOYE, F. **Ensaio de Análise Fílmica**. Campinas: Ed Papyrus, 1994.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HELENO, Edilane do Amaral. **Configurações do trabalho a domicílio nas confecções de roupa de jeans no município de Toritama**. 2013. 312f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

IANNI, O. **A era do globalismo** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. 5 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian. 2001.

KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo social**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 77-104, abr. 2018.

LIMA, J. C.. A globalização periférica e a ressignificação dos lugares. **Sociedade e Estado**, v. 35, n. 3, p. 765–786, set. 2020.

LIMA, J. C. HOLZMANN, L. Tempo, espaço e trabalho. In. Org. ECKERT, C. [et.al]. **Etnografias do trabalho: narrativas do tempo**. Porto Alegre, Marcavisual, 2015. p.52-77.

LIMA, J. C.; PIRES, A. S. Youth and the new culture of work: considerations drawn from digital work. **Sociologia & Antropologia**, v. 7, n. 3, p. 773–797, 2017.

LIMA, J. C.; SOARES, M. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 163-180, jul./dez. 2002

LIRA, S. Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência. **Revista de Geografia**, v. 23, n. 1, Recife, 2006.

LYRA, M. Sulanca X muamba: rede social que alimenta a migração de retorno. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 144-154, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/8V5rX3LTxwD6ZMT3B9rsjXv/?lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2023.

MARX, K. Capítulo I: A Mercadoria. In: **O capital**: crítica da economia política (livro I). Os Economistas, vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MILANÊS, Renata B. **Costurando roupas e roçados**: as linhas que tecem trabalho e gênero no Agreste pernambucano. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Instituto de ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MORAES, A. Da casa à Feira: trabalho independente e estratégias econômicas no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; SANTANA, M. A. (org.). **Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

NAVARRO, V. L. O Trabalho e a saúde do trabalhador na indústria de calçados. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 32-41.

NORONHA, E.; TURCHI, L. O pulo do gato da pequena indústria precária. **Tempo social**, v.19, n1, São Paulo, 2007.

OLIVA-AUGUSTO, M. H. Tempo, indivíduo e vida social. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 30-33, 2002. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S000967252002000200025&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252002000200025&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 23 dez. 2023.

RANGEL, F. Das feiras aos shoppings: Contrastes e aproximações entre o comércio popular de São Paulo e do Agreste Pernambucano. In. LIMA, J. (org.). **O trabalho em territórios periféricos**: Estudos em três setores produtivos. São Paulo: Annablume, 2020.

RANGEL, Felipe; CORTELETTI, Roseli de Fátima. O polo de confecções do Agreste Pernambucano: Origens e configurações atuais. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 27, n. 00, 30 jun. 2022. DOI: 10.52780/res.v27i00.13897. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/13897>. Acesso em: 18 mar. 2023.

SÁ, M. **Filhos das feiras**: uma composição do campo de negócios agreste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2018.

SANTOS LIMA, A. **“Empreendendo” a Sulanca**: O SEBRAE e o Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais) – Campina Grande: UFCG. 2011

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SAYAD, A. Retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia: Revista do Migrante**. São Paulo, Centro de Estudos Migratórios – CEM, ano XIII, jan. 2000.

SILVA, S. R. A. **A juventude na “Sulanca”**: Os desafios da inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte – PE. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - Universidade Federal de Campina Grande, 2009.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnósticos e alternativas. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Contexto, 1998.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudo sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.267-304.

VASCONCELOS, V. M. **Migração e pendularidade**: As consequências de atração de população para o município de Toritama-PE. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Recife: UFPE, 2012.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. O pólo de confeções do agreste de Pernambuco: ensaiando uma perspectiva de abordagem. In: **Anais do Encontro Anual da Anpocs**, 35, 2011, Caxambu, MG. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/35-encontro-anual-da-anpocs/gt-29/gt36-5>. Acesso em: 19 abr. 2023.



XAVIER M. G. P. **O processo de produção do espaço urbano em economia retardatária**: a aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (1960-2000). Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano), Recife: UFPE, 2006.